



**Processo nº** 10880.689896/2009-02  
**Recurso** Voluntário  
**Acórdão nº** **1001-001.546 – 1<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 1<sup>a</sup> Turma Extraordinária**  
**Sessão de** 04 de dezembro de 2019  
**Recorrente** ETERNIT S A  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

Data do fato gerador: 06/01/2006

**INDÉBITO TRIBUTÁRIO. ÔNUS DA PROVA.**

A prova do indébito tributário, fato jurídico a dar fundamento ao direito de repetição ou à compensação, compete ao sujeito passivo que teria efetuado o pagamento indevido ou maior que o devido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar de nulidade suscitada e, no mérito, em dar provimento ao recurso.

(documento assinado digitalmente)

Sérgio Abelson – Presidente e Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Sérgio Abelson (Presidente), José Roberto Adelino da Silva, Andréa Machado Millan e André Severo Chaves.

## Relatório

Trata-se de recurso voluntário contra o acórdão de primeira instância (folhas 51/57) que julgou improcedente a manifestação de inconformidade apresentada contra o despacho decisório à folha 02, que não homologou a compensação constante da DCOMP 30936.94698.080306.1.3.04-5434, de crédito correspondente a pagamento indevido ou a maior no valor de R\$ 1.855,35, tendo em vista que os valores do DARF de período de apuração 31/12/2005, data de arrecadação 06/01/2006, código de receita 5952 (RETENÇÃO CONTRIBUIÇÕES PAGT DE PJ A PJ DIR PRIV - CSLL/COFINS/PIS) e valor total de R\$ 5.261,07, informado como origem do crédito, foram integralmente utilizados para quitação do débito da contribuinte discriminado no DARF, não restando crédito disponível para compensação dos débitos informados no PER/DCOMP.

Em sua manifestação de inconformidade (folhas 12/14), a contribuinte alega, em síntese, que apesar de haver efetuado o pagamento de R\$5.261,07, o valor efetivamente devido seria de apenas R\$3.405,72, e teria providenciado a compensação do crédito nas DCOMP nº 30936.94698.080306.1.3.045434, 22517.07373.070406.1.3.046280 e 09602.68825.100406.1.3.044359.

No acórdão a quo, a não-homologação foi mantida, em síntese, pela constatação de falta de comprovação da operação que deu causa à retenção bem como da escrituração, falta de correspondência com as informações disponíveis nos bancos de dados da RFB, e impossibilidade do suposto erro de preenchimento da DCTF ser corroborado exclusivamente com as informações da DIRF.

Ciência do acórdão DRJ em 09/05/2013 (folha 59). Recurso voluntário apresentado em 07/06/2013 (folha 61).

A recorrente, às folhas 61/74, alega, em síntese do necessário, que o valor corresponde a retenção indevida em pagamento efetuado a fornecedor, relativo a compra de mercadoria, operação na qual não incidem as contribuições sociais em questão, conforme art. 30, *caput*, da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003. Apresenta nota fiscal relativa à operação e comprovante de restituição ao fornecedor (transferência bancária) no valor de R\$ 1.855,35. Alega que o acórdão recorrido é nulo por conter decisão *extra petita*, ao mencionar as demais DCOMP nas quais foi utilizado o crédito alegado, apresentando jurisprudência do CARF sobre o assunto. Requer homologação da DCOMP 30936.94698.080306.1.3.04-5434 e de “suas correlatas, caso entenda esse órgão julgador que o voto ‘extra petita’ seja procedente”, bem como cancelamento da aplicação de juros e multa moratória.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Sérgio Abelson, Relator

O recurso voluntário é tempestivo, portanto dele conheço.

Preliminarmente, a recorrente alega que o acórdão recorrido é nulo por conter decisão *extra petita*, ao mencionar as demais DCOMP nas quais foi utilizado o crédito alegado, apresentando jurisprudência do CARF sobre o assunto.

As hipóteses de nulidade no âmbito do Processo Administrativo Fiscal são tratadas nos artigos 59 a 61 (Capítulo III) do Decreto nº 70.235/72, a seguir transcritos:

### CAPÍTULO III

#### Das Nulidades

Art. 59. São nulos:

I - os atos e termos lavrados por pessoa incompetente;

II - os despachos e decisões proferidos por autoridade incompetente ou com preterição do direito de defesa.

§ 1º A nulidade de qualquer ato só prejudica os posteriores que dele diretamente dependam ou sejam consequência.

§ 2º Na declaração de nulidade, a autoridade dirá os atos alcançados, e determinará as providências necessárias ao prosseguimento ou solução do processo.

§ 3º Quando puder decidir do mérito a favor do sujeito passivo a quem aproveitaria a declaração de nulidade, a autoridade julgadora não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta. (Redação dada pela Lei nº 8.748, de 1993)

Art. 60. As irregularidades, incorreções e omissões diferentes das referidas no artigo anterior não importarão em nulidade e serão sanadas quando resultarem em prejuízo para o sujeito passivo, salvo se este lhes houver dado causa, ou quando não influírem na solução do litígio.

Art. 61. A nulidade será declarada pela autoridade competente para praticar o ato ou julgar a sua legitimidade.

A contribuinte suscita a nulidade do acórdão *a quo* pela menção às demais DCOMP que utilizam o mesmo crédito, objeto de outros processos. Curiosamente, menciona tais DCOMP em sua manifestação de inconformidade e, em seu recurso voluntário, requer homologação da DCOMP 30936.94698.080306.1.3.04-5434 e de “suas correlatas, caso entenda esse órgão julgador que o voto ‘extra petita’ seja procedente”.

Sem maiores delongas, e com base nos dispositivos legais transcritos, observa-se que o acórdão recorrido não foi proferido por autoridade incompetente, nem com preterição do direito de defesa, razão pela qual não há porque cogitar de sua nulidade.

Adicionalmente, a jurisprudência administrativa alegada pela recorrente se aplica aos casos em que foi eventualmente proferida em suas especificidades, não vinculando o entendimento nos demais julgamentos administrativos.

Desta forma, voto por rejeitar a preliminar de nulidade suscitada.

No mérito, procede a alegação da contribuinte de que não incidem as contribuições sociais em questão na operação de compra de mercadoria, conforme art. 30, *caput*, da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, o qual prevê tal incidência apenas na prestação de serviços:

Art. 30. Os pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas de direito privado, pela prestação de serviços de limpeza, conservação, manutenção, segurança, vigilância, transporte de valores e locação de mão-de-obra, pela prestação de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, bem como pela remuneração de serviços profissionais, estão sujeitos a retenção na fonte da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP.

Observa-se, ainda, que a recorrente anexou aos autos documentos que compõem um conjunto probatório robusto de suas alegações.

O comprovante de transferência à folha 111, bem como o extrato contábil à folha 112, demonstram a devolução, por parte da recorrente, ao seu fornecedor, do montante de R\$ 1.855,35, exato valor do pagamento indevido ou a maior pleiteado ou, em outras palavras, da alegada retenção indevida:

05/06/2013 - BANCO DO BRASIL - 9:48:54

**COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA**

**FORMA DE PAGAMENTOS: DOC ELETRÔNICO**

**CLIENTE: ETERNIT SA**

**AGÊNCIA: 3132-1**

**CONTA: 00.000.000.219-4**

=====

**DATA DA TRANSFERÊNCIA:** 11/01/2006

**NÚMERO DO DOCUMENTO:** 000018645600

**VALOR TOTAL:** 1.855,35

\*\*\*\*\* **TRANSFERIDO PARA:**

**CLIENTE: RAMMIL INDUSTRIAL LTDA.**

**BANCO : 237 - Banco 237**

**AGÊNCIA : 1.678-0**

**CONTA : 000000072117**

=====

**Nr. Autenticação: 9.FA4.29D.93F.F4A.816**

Tp.doc. 1 UD ( Pagamentos via EDI ) Documento normal  
Nº doc. 7001864556 Expresso EX20 Exercicio 2006  
Data doc. 11.01.2006 Dt.lancamento 11.01.2006 Periodo 01  
Calc.Imposto  Referência UEN02  
Manda doc. BRL Identific.ciclo pago. 11.01.2006 - UEN02

Itm	Otv	Conta	Texto breve conta	Materiais	Atributo	Cen. Jurer	CL	Montante	Texto	Not	Doc.fatur.	Doc.vendas	Centro c
12	F032	230661	RAMMIL INDUSTRIAL LT			325001	25	1.455,35	Pagamentos via EDI RAMMIL				
12	F031	1135013	M-BRASIL			20604	50	1.455,35	Pagamentos via EDI M-BRASIL				

A nota fiscal à folha 119 é emitida pelo fornecedor destinatário da devolução supra demonstrada, e refere-se a venda de mercadorias no valor total de R\$ 39.900,02, o qual, multiplicado pela alíquota da contribuição em questão, de 4,65%, resulta na retenção alegadamente indevida no exato valor de R\$ 1.855,35:

5106141802		RAMMIL INDUSTRIAL LTDA.		NOTA FISCAL / FATURA				
R. João Scullassi, 666 - Dist. Indl. - Rafard - SP CEP 13370-000 - PABX: (19) 3496-2229 E-mail: rammil@rammil.com.br - HP: www.rammil.com.br		SADA ENTRADA XX		Nº 002703 SERIE 1				
NATUREZA DA OPERAÇÃO CFPF INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBSTITUTO TRIBUTARIO		CNPJ 57.695.272/0001-70		11 VIA DESTINATÁRIO/ REMETENTE DATA LIMITE/F EMISSÃO 00.00.00				
ITENS DE 2008 DO ESTABELECIMENTO 6101		INSCRIÇÃO ESTADUAL 569.002.708.111		DATA DA EMISSÃO 12/12/2008 DATA DE SAI DA ENTRADA 12/12/2008 NOTA DE SAIDA				
HOME / RAZÃO SOCIAL 00009 ETERNIT S/A		CNPJ/CPF 61.092.037/0029-82						
ENDERECO Bairro / Distrito CEP								
ROD. BA-093, KM 4, MUNICÍPIO FONE / FAX UF INSCRIÇÃO ESTADUAL		43.700.000 BA 00.609.131						
SIMOS, FILHO (0XX) 71.496-8022								
FATURA								
DUPLICATA N° VENCIMENTO VALOR DUPLICATA N° VENCIMENTO VALOR DUPLICATA N° VENCIMENTO VALOR								
002703/A 22/12/2005 39.900,02		/ /		/ /				
VALOR POR EXTENSO trinta e nove mil novecentos reais e dois centavos								
DADOS DO PRODUTO								
CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CL. PROD	ST. UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ITEMS	VALOR DO IMP
MISTURADOR 18M3	A 000 PC 1				36.270,00	36.270,00	7	5 1.813,50
BASE BOMBA 100/27	A' 000 UN 1				1.730,02	1.730,02	7	5 86,50
RECEBIMENTO						DATA	REGISTRA	
MATERIAL REC. SERVICO-ENVIO						19/12/05	VISTO	28/12/04
REGISTRO RECEBIMENTO						19/12/05	VISTO	28/12/04
NOTA FISCAL CONFIRMADA E LANÇADA						19/12/05	VISTO	28/12/04
CONTABILIDADE/ANÁLISE FISCAL						DATA	VISTO	28/12/04
NOTA FISCAL CONFIRMADA COM LNRVO DE REGISTRO DE ENTRADA						DATA	VISTO	28/12/04
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS						DATA	REGISTRA	
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS		VALOR UNITÁRIO		VALOR TOTAL		INSCRI. MIN. EMISS.	CODIGO ATENDIMENTO	
						6 5 8 / 7	1.15.069.07.030	
VALOR DO ISS						0,00		
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS						0,00		
CALCULO DO IMPOSTO						DATA	REGISTRA	
BASE DE CALCULO DO IOMS		VALOR DO IOMS		BASE DE CALCULO IOMS SUBSTITUICAO		VALOR DO IOMS SUBSTITUICAO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	
39.900,02		2.793,01					38.000,02	
VALOR DO FRETE		VALOR DO SEGURO		OUTRAS DESPESAS ACESORIAS		VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA	
						1.900,00	39.900,02	
TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS						DATA	REGISTRA	
HOME / RAZÃO SOCIAL Verpmath Transp.e Rem. Ltda-ME		FRETE POR CONTA		PLACA DO VEICULO		UF CNPJ/CPF		
		1 - EMISSANTE		2 GUZ0272		SP 02.865.360/0001-81		
ENDERÉSCO Av: Dr. Vidal Reis, 709		2 - DESTINATÁRIO						
		MUNICIPIO		Sao Paulo		UF INSCRIÇÃO ESTADUAL		
		ESTADO				SP 16.131.262.116		
QUANTIDADE 02		ESPECIE Volumes		MUNICIPIO		PESO BRUTO	PESO LIQUIDO	
						4000	4000	
DADOS ADICIONAIS						CÓD. CONTROLE DO FORMULÁRIO		
CÓD. CLASSIFICAÇÃO FISCAL		CONFORME PEDIDO 1600020544					002703	
A- 84399100								
B-								
C-								
D-								
E-								
F-								

Desta forma, entendo haver indícios suficientes para acatar a alegação da recorrente de que procedeu a retenção indevida de CSRF, código 5952, tendo resarcido tal valor ao beneficiário, e fazendo jus à sua restituição ou utilização em compensação.

Em relação ao pedido de cancelamento da aplicação de juros e multa moratória, que isoladamente carece de qualquer base legal, acaba por ser tacitamente acatado pelo reconhecimento do crédito pleiteado e consequente homologação da DCOMP em questão.

Pelo exposto, voto no sentido de rejeitar a preliminar de nulidade suscitada e, no mérito, dar provimento ao recurso.

É como voto.

(documento assinado digitalmente)

Sérgio Abelson